

**INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO MATEENSE  
FACULDADE VALE DO CRICARÉ  
CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA**

**ELIETE RODRIGUES PEREIRA SCARDUA  
ROZIANE PORCINO BENTO  
SIMONE BARROS**

**A INCLUSÃO DO (A) ALUNO (A) CADEIRANTE NAS AULAS  
DE EDUCAÇÃO FÍSICA EM SÃO MATEUS - ES**

**SÃO MATEUS  
2018**

ELIETE RODRIGUES PEREIRA SCARDUA  
ROZIANE PORCINO BENTO  
SIMONE BARROS

**A INCLUSÃO DO (A) ALUNO (A) CADEIRANTE NAS AULAS  
DE EDUCAÇÃO FÍSICA EM SÃO MATEUS - ES**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Educação Física da Faculdade Vale do Cricaré, como requisito parcial para obtenção do grau de Licenciado em Educação Física.

Orientador Me. Daniel Júnior Da Silva.

**SÃO MATEUS  
2018**

**ELIETE RODRIGUES PEREIRA SCARDUA  
ROZIANE PORCINO BENTO  
SIMONE BARROS**

**A INCLUSÃO DO (A) ALUNO (A) CADEIRANTE NAS AULAS  
DE EDUCAÇÃO FÍSICA EM SÃO MATEUS - ES**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentando ao Curso de Licenciatura da Faculdade Vale do Cricaré, com requisito parcial para obtenção do Grau de Licenciatura da Faculdade Vale do Cricaré

---

**ORIENTADOR (A)**

**FACULDADE VALE DO CRICARÉ**

---

**Orientador Interno (A)**

---

**Orientador Externo (A)**

**SÃO MATEUS  
2018**

## **AGRADECIMENTOS**

Agradecemos a Deus, pois todas as vezes que pensamos negativamente que não conseguiríamos, entregamos nas mãos Dele, e fomos conduzidas ao sucesso.

A nossas mães e pais que não descansaram na torcida, e que certamente orou dias e noites para que Deus estivesse sempre conosco.

Aos esposos de Eliete e de Simone e o noivo de Roziane, por toda paciência, compreensão, e por nos ajudar muitas vezes a achar soluções quando elas não pareciam existir.

Aos nossos filhos (as), que em muitos momentos nos proporcionaram com o carinho e o sorriso tão lindo, fazendo que esquecêssemos as nossas ansiedades e angústias.

Ao nosso orientador Me. Daniel Júnior da Silva com sua disponibilidade que sempre manifestou e a empatia com quem recebeu nossas ideias. Foi o estímulo que nos permitiu vencer as inseguranças desse processo.

**"Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade  
e direito [...]"**

**Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948, Art. 1º).**

## RESUMO

Este trabalho de conclusão de Licenciatura em Educação Física foi desenvolvido sobre a questão da Inclusão onde tem como tema central "A inclusão do(a) aluno(a) cadeirante nas aulas de Educação Física em São Mateus-ES". Baseou-se na inclusão dos alunos cadeirantes nas escolas municipais nos anos iniciais e finais do Ensino Fundamental. O tema escolhido foi bem expressivo, pois trata de um assunto muito concernente e preocupante para rede regular de ensino que por muitas vezes encontra-se despreparada pedagogicamente e fisicamente para atuar com estes alunos. O objetivo principal foi investigar como ocorre a inclusão dos alunos cadeirantes nas aulas de Educação Física no município de São Mateus, e teve como objetivos específicos identificar o número de alunos com deficiência física na rede municipal de ensino, analisar a participação desses alunos nas aulas de Educação Física e as ações utilizadas pelo seus professores. Buscou-se também observar o espaço físico da escola a fim de identificar a acessibilidade dos alunos. O embasamento teórico foi construído por Cruz (2005), Carvalho (1997), Sacristán (1999), Chicon (2010), entre outros. Os professores por muitas vezes têm receio em receber alunos com tamanhas limitações, sejam elas físicas e/ou mentais. Para entender melhor o processo de inclusão, procurou-se pesquisar os instrumentos necessários para que esta acontecesse como aspectos históricos da educação inclusiva, a Educação Física inclusiva e a Educação Física em São Mateus, utilizou-se o método da pesquisa de campo e qualitativa, onde foi elaborado um questionário que foi respondido por professores da rede municipal dos anos iniciais e finais. Ao final deste trabalho foi possível observar a dificuldade de acesso dos alunos cadeirantes a determinados ambientes da escola o que inclui a quadra de esportes, biblioteca, entre outros. Pôde-se notar o empenho dos profissionais envolvidos nas aulas de Educação Física, professores e cuidadores, que realmente fazem a diferença para esses alunos.

**PALAVRAS-CHAVE:** INCLUSÃO; CADEIRANTE; EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>7</b>
<b>2 REFERENCIAL TEÓRICO.....</b>	<b>11</b>
2.1 ASPECTOS HISTÓRICOS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA.....	11
2.2 EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO BRASIL.....	15
2.3 A ACESSIBILIDADE NO ATENDIMENTO.....	18
<b>3 A EDUCAÇÃO FÍSICA INCLUSIVA.....</b>	<b>23</b>
3.1 AS DEFICIÊNCIAS FÍSICAS E A EDUCAÇÃO FÍSICA: ALGUMAS CARACTERÍSTICAS.....	25
3.2 O CADEIRANTE NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA.....	26
<b>4 A EDUCAÇÃO FÍSICA EM SÃO MATEUS.....</b>	<b>29</b>
4.1 A INCLUSÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA FÍSICA NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA NAS UNIDADES DE SÃO MATEUS-ES.....	30
<b>5 METODOLOGIA.....</b>	<b>32</b>
5.1 CLASSIFICAÇÃO DE PESQUISA.....	33
5.2 INSTRUMENTOS.....	34
5.3 PRODUÇÕES DOS DADOS.....	34
<b>6 LEITURAS E ANÁLISES.....</b>	<b>36</b>
6.1 A ESTRUTURA DA ESCOLA PARA O ATENDIMENTO DOS ALUNOS.....	36
6.2 O PLANEJAMENTO DAS AULAS: CONTEÚDOS E AÇÕES.....	39
6.3 O PROCESSO DE PARTICIPAÇÃO DOS ALUNOS CADEIRANTES.....	41
6.4 OS DESAFIOS E AS POSSIBILIDADES PARA O PROCESSO INCLUSIVO DOS ALUNOS.....	44
<b>7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>47</b>
<b>8 REFERÊNCIAS.....</b>	<b>49</b>
<b>APÊNDICE.....</b>	<b>53</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A Educação Física aparece em obras de filósofos preocupados com a educação no século XVIII, sendo idealizada como uma educação integral na formação de crianças e jovens, envolvendo corpo, mente e espírito, como desenvolvimento absoluto da personalidade, sendo somada a educação intelectual e moral. Sua grande abrangência nos permite vê-la ligada a esportes, lazer, processos de reabilitação, escola e tarefas ligadas ao dia a dia.

Pode ser considerada como parte da cultura humana, se estabelecendo numa área de conhecimento que estuda e atua esclarecendo um conjunto de ações relacionadas ao corpo e aos movimentos criados pelo homem ao longo de sua história, como jogos, ginásticas, lutas, danças e esportes. Tem-se disseminado desde então uma cultura corporal, ou cultura física, ou ainda, cultura de movimento.

O esporte para deficientes físicos começou através de estudos feitos pela medicina que indicavam o esporte para tratar ou prevenir doenças. Isso aconteceu em meados dos anos 50. Houve então a criação do Clube dos Paraplégicos em São Paulo e do Clube do Otimismo no Rio de Janeiro em 1958. Há uma enorme importância na inclusão de cadeirantes, e deficientes físicos em geral, pois permite a socialização, melhorando sua autoestima e autoconfiança, além dos inúmeros benefícios a saúde.

Atualmente é comum a presença de alunos com deficiência em escolas de ensino regular, pois o sistema educacional tem priorizado a diversidade e a inclusão. Só que para isso é necessário especialização e novas ideias com o objetivo maior de incluir todos os alunos, independente da sua condição física.

Porém há certa dificuldade na inserção de alunos cadeirantes em escolas de ensino regular, por exemplo. O motivo é a falta de auxílio apropriado às necessidades escolares de alunos deficientes, são vários os desafios para se enfrentar, além da má estruturação das escolas que muitas vezes dificulta o acesso de alunos cadeirantes às salas de aula, menos ainda em proporcionar uma educação física adequada e funcional a esses alunos. É necessário transpor essas

circunstâncias e, na maioria das vezes, falta uma visão dos diretores, pedagogos e professores de Educação Física acerca da inclusão.

Nos últimos anos houve um desenvolvimento da Educação Física para aprimorar a prática pedagógica que atende as necessidades de pessoas deficientes, especificadas com definições distintas para o mesmo termo a qual passou a ser denominada Educação Física Adaptada, apesar desta ainda estar em uma fase embrionária.

Sabendo da importância da qualidade da Educação Física dentro da escola e da inclusão de alunos cadeirantes, esse estudo teve como objetivo avaliar como ocorre a inclusão de alunos cadeirantes nas aulas de Educação Física, nas escolas municipais de São Mateus – ES. A pesquisa foi realizada nas escolas municipais de São Mateus – ES que tem alunos cadeirantes matriculados.

Para obter resultados condizentes com o problema proposto, o objetivo geral da pesquisa foi investigar como ocorre a inclusão de alunos cadeirantes, nas aulas de Educação Física, nas escolas no município de São Mateus. Para isso, especificamente, foi necessário identificar o número de alunos com deficiência física na rede municipal de ensino, analisar a participação desses alunos nas aulas de Educação Física e as ações utilizadas pelos seus professores, a fim de tornar o aluno cadeirante mais participativo nessas aulas. Buscou-se também analisar o espaço físico da escola, a fim de constatar a acessibilidade dos alunos cadeirantes, foco deste trabalho.

No município de enfoque do estudo foram averiguadas inúmeras leis e um plano municipal, bem como, um plano nacional de educação tratando da inclusão de alunos com deficiência no ensino regular, porém se faz necessário uma pesquisa de campo para avaliar como tem sido a prática dessas leis e planos, uma vez que nenhuma lei é válida quando não é cumprida, ainda mais se tratando de Educação Física inclusiva que tem sido tão negligenciada pela falta de capacitação dos profissionais.

Pesquisas como estas deixam evidentes as fraquezas que podemos encontrar no ensino da Educação Física, se tornando o propulsor de novas ideias e maneiras de pensar para que seja feita uma inclusão efetiva melhorando a qualidade do ensino e da aprendizagem desses alunos com deficiência, além da aceitação

pelos demais alunos melhorando a socialização e a troca de informações como um todo, não havendo separação.

O ser humano é formado a partir de outro como uma troca de experiências que é passada a cada geração. O êxito da espécie humana se deu através do sucesso principalmente da comunicação e da habilidade com instrumentos, que foram passadas culturalmente pela maneira de se relacionar. A socialização é uma poderosa forma de aprendizado, a escola e a família são poderosas instituições.

Toda criança precisa ser criada com um modelo a ser seguido, uma criança que necessita de uma educação especial ou adaptada não é diferente, o que muda são as peculiaridades de cada uma. É necessária a inclusão do aluno cadeirante nas aulas de Educação Física junto com outras crianças para que ele se desenvolva pessoalmente, aprimorando suas habilidades, mas também se desenvolva em grupo, adquirindo novas dinâmicas.

A Educação Física é uma grande agente de inclusão, pois nos faz buscar meios de transformações, fazendo com que possamos resgatar formas de trabalho em grupo, socialização, respeito e autonomia, fazendo-se necessária e urgente a inclusão de pessoas com deficiência no contexto escolar, então é de suma importância o trabalho a ser pesquisado, pois nos leva a desconstruir preconceitos e tentar criar novas formas de incluir o aluno com deficiência física nas aulas de Educação Física.

Esta pesquisa está estruturada inicialmente com a introdução, que dá uma rápida configuração do corpo deste trabalho, em seguida agrupa-se capítulos que nos transportam a assimilar o quesito da inclusão do(a) aluno(a) cadeirante nas aulas de Educação Física.

Logo a seguir apresentaremos o referencial teórico que nos dá suporte, nesta pesquisa. Após, relatamos sobre a Educação Física Inclusiva, promovendo a inclusão, e fazendo com que as aulas de Educação Física sejam um espaço para todos, apresentando ao aluno, o novo e o desconhecido, pois diante do desafio o aluno tende a assimilar o conhecimento que possui.

Posteriormente temos o quarto capítulo, a Educação Física em São Mateus, onde mostramos através das leis os direitos que os alunos com deficiência possuem

referente a educação, desde ao profissional que vai atendê-lo, ao atendimento dado a esse aluno, e seu acesso na unidade regular.

Seguidamente, encontra-se o quinto capítulo a metodologia, classificação da pesquisa, instrumentos e produção dos dados, após, seguem as referências bibliográficas.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

Segundo o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) houve um crescimento no número de pessoas com deficiência em escolas comuns, de 2005 a 2015 o aumento foi de quase 7 vezes. Acredita-se que esse aumento tenha sido devido as políticas públicas que tem voltado sua atenção a inclusão, mudando a legislação para oferecer melhores direitos a esta classe. Porém nem sempre foi assim, foi ao longo da história que pessoas com deficiência foram tomando seu lugar, tendo voz e garantindo seus direitos.

### 2.1 ASPECTOS HISTÓRICOS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Na história, de inclusão das pessoas com deficiência a discriminação da escola e de toda comunidade designa-se somente a frequentar o ensino escolar um grupo selecionado e com igualdade de semelhanças entre si. As pessoas que não se enquadravam nesse grupo ficavam excluídas.

Conforme afirma Lins (2010)

A Idade Antiga, na Grécia e em Roma, é o um período acentuado de exclusão social porque as crianças que apresentavam malformação não tinham chance de convivência social, pois eram abandonadas pelas famílias ou simplesmente eliminadas. Ainda nesta época, em Esparta, as crianças com deficiência eram abandonadas nas montanhas e isto acontecia logo após o parto, pois era de direito da família. Na Grécia Antiga as pessoas eram marcadas por estigmas e deviam ser evitadas em locais públicos, além de serem marginalizadas e excluídas do convívio social. (LINS, 2010)

Na Idade Média, principalmente nos países europeus, as pessoas com deficiência eram colocadas à margem da sociedade por serem caracterizadas como inválidas e também por questões sobrenaturais, sendo assim, mortas e perseguidas. Dessa forma, muitos pais que tinham filhos(as) com deficiência escondiam e impediam da vida em sociedade. O propósito de antecipar, precocemente aos filhos intercessões diversas em ambientes distintos não era uma prática comum. Isto devido a grosseria das razões das diferentes deficiências e das restrições apresentadas pelas pessoas que causavam medo e exclusões da sociedade.

Para os filósofos cristãos da idade média, a fé hesitava entre culpa, o castigo pelos pecados, finalmente São Tomás de Aquino considera a deficiência como fenômeno natural da espécie humana. Na Idade Média ainda, com o poder do cristianismo, a comunidade passou a expor uma visão abstrata de homem, sendo visto como ser inteligente, criado e manifestado por Deus. Assim sendo, a pessoa com deficiência obtém "status" humano, já que possuem alma e seu extermínio já se fazia menos aceito.

Esse novo padrão reforça as primeiras iniciativas de amparo as pessoas com deficiências como subsídio de explicações científicas. As origens das deficiências não são vistas como calamidades vindas de forças sobrenaturais, mas sim como doenças hereditárias, físicas ou mentais.

Em 1962, surgiram as primeiras iniciativas por Jean Paul Bonet ao ensinar mudos a falar. Foram fundadas em Paris as primeiras instituições especializadas na educação de pessoas com deficiência. Neste período também, surgiam as associações de pais e pessoas com deficiências físicas e mentais, com a Pestalozzi e a Associação de Pais e Amigos de excepcionais (APAE), voltada à implantação de programas de reabilitação e educação especial.

Houveram muitas lutas civis em busca de condições iguais, educacionais e políticas que surgem para garantir às pessoas com deficiências, oportunidades de igualdade também na educação. Em 1960 surge a proposta de integração escolar ligada diretamente ao direito das crianças com deficiência começar a fazer parte das escolas regulares, proporcionando a convivência destas crianças em um ambiente mais padronizado possível.

Na integração escolar, os alunos com deficiência tinham o direito de desfrutar de um estilo de vida o mais normal e comum possível em sua comunidade. Esta manifestação não torna o indivíduo normal, mas dará oportunidades a estas pessoas para que possam ser atendidas e aceitas pela sociedade. A integração busca aceitar o aluno na escola regular, entretanto, em salas de educação especial, mas requer do aluno adequação a recomendação estabelecida na escola, ou seja, dá a ideia de inserir como um todo e impor restrições as possibilidades de cada pessoa, já que o pressuposto básico é de que a dificuldade está na pessoa com deficiência, e que estas podem ser integradas no ensino regular sempre que suas características

permitirem. A inclusão exerce uma definição mais ampla, uma inserção total exige a transformação da escola, defende a inserção do aluno no ensino regular com quaisquer deficit e deficiência, competindo a escola se ajustar às deficiências dos alunos, ou seja, a inclusão acaba com o rompimento da escola tradicional de ensino.

Resumindo, a integração dá vantagem ao aluno com deficiência, dividindo com ele a responsabilidade da inserção, enquanto a inclusão tenta progredir, solicitando da sociedade, em geral, condições para essa inserção. A integração é mais "individualizada" e a "inclusão" é mais coletiva.

Rogalski (2010) diz que alguns autores preservam o sistema de Ensino Especial, gerado para ensinar de forma mais adaptativa as pessoas com alguma diferença, porém não se dão conta que esse Ensino Especial contribui para que essas pessoas sejam separadas e omitidas de uma sociedade que as negligencia, desconhecendo a relevância de elaborar um processo de inclusão gradual. A educação tem um importante papel social, fazendo possível uma pessoa viver em conjunto com qualidade dentro da sociedade, formando assim um caráter cultural que viabiliza a integração do indivíduo com o meio.

#### Segundo Menezes (2001)

a declaração de Salamanca é revolucionária, pois "[...] proporcionou uma oportunidade única de colocação da educação especial dentro da estrutura de 'educação para todos' firmada em 1990 [...] promoveu uma plataforma que afirma o princípio e a discussão da prática de garantia da inclusão das crianças com necessidades educacionais especiais nestas iniciativas e a tomada de seus lugares de direito numa sociedade de aprendizagem. (MENEZES, 2001)

Esse documento intensificou o conceito de necessidades educativas especiais, abrangendo todas as crianças que não conseguem se favorecer com a escola, seja lá qual for o motivo. Ainda segundo Menezes (2001)

desse modo, a ideia de 'necessidades educativas especiais', passou a inserir, além das crianças deficientes, aquelas que estejam passando por dificuldades temporárias ou permanentes na escola, as que estejam repetindo continuamente os anos escolares, as que sejam forçadas a trabalhar, as que vivem nas ruas, as que moram distantes de quaisquer escolas, as que vivem em condições de extrema pobreza ou que sejam desnutridas, as que sofrem de abusos contínuos físicos, emocionais e sexuais, ou as que simplesmente estão fora da escola, por qualquer motivo que seja. (MENEZES, 2001)

A declaração de Salamanca garante a oportunidade de crianças e jovens com deficiências se tornarem parte integrante do ensino regular. Esse documento tem

como partida fundamental declarar o direito de toda a criança e jovem uma educação com qualidade, e a todas as pessoas que tem deficiência o direito de ingressar à escola regular.

Na Declaração Mundial sobre Educação para Todos<sup>1</sup>, a condição do acesso educacional é apresentada como sendo imperiosa necessidade de universalizar a escolaridade básica dos indivíduos, independentemente das suas condições de raça, idade, gênero, situação social, crença ou religião. Há um vigor nas prescrições aos grupos considerados minoritários, enfatizando-se que eles "[...] não devem sofrer qualquer tipo de discriminação no acesso às oportunidades educacionais" (UNESCO, 1990, p.5).

A Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras<sup>2</sup> de Deficiência, mais conhecida como Convenção da Guatemala, resultou, no Brasil, no Decreto nº 3.956/2001. O texto brasileiro afirma que as pessoas com deficiência têm "os mesmos direitos humanos e liberdades fundamentais que outra pessoas e que estes direitos, inclusive o direito de não ser submetidas a discriminação com base na deficiência, emanam da dignidade e da igualdade que são inerentes a todo ser humano".

Para os efeitos desta Convenção, o termo discriminação contra as pessoas com deficiência "significa toda diferenciação, exclusão ou restrição baseada em deficiência que tenham efeito ou propósito de impedir ou anular o reconhecimento, gozo ou exercício por parte das pessoas portadoras de deficiência de seus direitos humanos e suas liberdades fundamentais".

Em 2009 houve a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiências que foi aprovada pela ONU e tem o Brasil como um de seus signatários. A Convenção afirma que os países são responsáveis por garantir um sistema de Educação Inclusiva em todas as etapas de ensino.

A lei nº 13.146 de 2015 chamada de Lei Brasileira de Inclusão, consagrou a política de Educação Inclusiva no Brasil. Significa que todas as escolas, sejam públicas ou particulares, devem cumprir as determinações dessa lei no sentido de

1 Declaração originada da Conferência Mundial sobre Educação para Todos, em 1990, em Jomtiem, Tailândia, convocada pela Unesco, Unicef, PNUD e Banco Mundial.

2 Em 1981 escreve-se e fala a expressão pessoa deficiente. Aos poucos entrou em uso a expressão pessoa portadora de deficiência, frequentemente reduzida para portadores de deficiência. Em meados da década de 90, entra em uso a expressão pessoas com deficiência.

aperfeiçoar seus sistemas de ensino, visando garantir condições de acesso, participação, continuidade e aprendizagem a todas as pessoas com deficiências. Tudo sem custos extras para a família da pessoa com deficiência, as adaptações também são necessárias para o atendimento educacional devem ser mantido por toda a sociedade entendendo-se comunidade, escola e família.

O Decreto nº 6571/2008, incorporado pelo Decreto nº 7611/2011, por sua vez, institui a política pública de financiamento no âmbito do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, estabelecendo o duplo cômputo das matrículas dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. Visando ao desenvolvimento inclusivo dos sistemas públicos de ensino, este Decreto também define o atendimento educacional especializado complementar ou suplementar à escolarização e os demais serviços da educação especial, além de outras medidas de apoio à inclusão escolar.

O município nos termos da Lei Orgânica no Art. 197 inciso VIII afirma a “garantia de padrão de qualidade, cabendo ao Município suplementar e promover o atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino”, complementado pelo Art. 225 inciso III onde é dito que é competência da administração pública municipal a

criação de programas de prevenção e atendimento especializados para os portadores de deficiência física, sensorial ou mental, bem como de integração social do adolescente portador de deficiência, mediante treinamento para o trabalho e convivência, e a facilitação do acesso aos bens e serviços coletivos, com a eliminação de preconceitos e obstáculos arquitetônicos. (SÃO MATEUS, 2011)

## 2.2 EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO BRASIL

No decorrer da história da humanidade, observa-se que as concepções sobre as deficiências foram evoluindo "conforme as crenças, valores culturais, concepção de homem e transformações sociais que ocorreram nos diferentes momentos históricos" (BRASIL, 2001, p.25).

Metade do século XIX encontra-se a fase de institucionalização especializada: indivíduos que expõe suas deficiências eram isolados nas suas residências,

propiciavam uma educação fora das escolas, a pessoa com deficiência não era exposta na sociedade.

No século XX, sucessivamente, algumas pessoas começam a reconhecer as pessoas deficientes e expressam a nível mundial através de ações coletivas onde os indivíduos tinham como objetivo alcançar mudanças sociais na luta contra a discriminação em defesa de uma sociedade inclusiva.

Nesse contexto histórico comprovaram as críticas sobre as práticas do ensino da época guiando também a incerteza dos modelos que se fundamentam do ensino aprendizagem, provocando a exclusão no cenário educacional. Segundo Santana (2016):

Nos anos 70, a Secretaria Estadual de Educação/SEED foi reestruturada e passou a contar com o Departamento de Educação Especial – DEE – dividido em setores que correspondem aos atuais Serviços de Educação de Deficiência Auditiva, de Deficiência Física, de Deficiência Mental, de Deficiência Visual, Altas Habilidades, condutas Típicas e o grupo de apoio à profissionalização. Através dessas instituições foi promovido o ensino especializado e atividades voltadas à prevenção, identificação, avaliação e atendimento educacional, em: Instituições Privadas – APAEs e programas especializados na rede pública de ensino. (SANTANA, 2016, p. 9)

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 no artigo 208, que trata a Educação Básica obrigatória e gratuita dos 04 aos 17 anos, afirma que é dever do Estado garantir "atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino". Nos artigos 205 e 206, afirma-se, respectivamente, a Educação como um direito de todos, garantido o pleno desenvolvimento da pessoa, o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho e a igualdade de condições de acesso e permanência na escola.

O Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei nº 8.069, promulgada em 13 de julho de 1990, garante o atendimento educacional especializado às crianças com deficiência preferencialmente na rede regular de ensino; trabalho protegido ao adolescente com deficiência e prioridade de atendimento nas ações e políticas públicas de prevenção e proteção para famílias com crianças e adolescente nessa condição.

A Política Nacional de Educação Especial em 1994, orienta o processo de "integração instrucional" que condiciona o acesso às classes comuns do ensino regular àqueles que "[...] possuem condições de acompanhar e desenvolver as

atividades curriculares programadas do ensino comum, no mesmo ritmo que os alunos ditos normais" (PNEE, 1994, p.19).

As questões sobre inclusão levam a crer que pode haver alguns métodos que enlaçam as diferentes formas de exclusão de crianças deficientes, que foram excluídas de suas escolas por razões de disciplina e de pessoas que vivem em comunidades carentes este indício leva a investigação de processo de estruturas educacionais e sociais.

Foi encontrado informações sobre inclusão no documento LDB – Lei de diretrizes e Bases da Educação Nacional Lei nº9.394/1996 que foi alterada para 13.632/2018 e alterou o § 3º do art. 58 supondo que a oferta de educação especial tem início na educação infantil e estende-se ao longo da vida da pessoa.

A Lei nº 10.172/2001 que é conhecida como o Plano Nacional de Educação (PNE) afirma que a Educação Especial "como modalidade de educação escolar, deveria ser desenvolvida em todos os diferentes níveis de ensino e que a garantia de vagas no ensino regular para os diversos graus e tipos de deficiência é uma medida importante".

No âmbito da Educação Inclusiva, há o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), que trabalha com a questão da infraestrutura das escolas, abrangendo a acessibilidade das edificações escolares, da formação docente e das salas de recursos multifuncionais.

Em 2008 surge um documento que traça a história da inclusão escolar conhecido como a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva na sua base foca nas políticas públicas promotoras de uma Educação de qualidade para todos os alunos.

O Plano Nacional de Educação (PNE), no seu contexto universaliza, para a população de 04 a 17 anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso á educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados. O obstáculo pra a inclusão é a palavra "preferencialmente", que para muitos especialistas, dá espaço para que as

crianças e jovens com deficiência persistem matriculados apenas em escolas especiais.

Nota-se que a luta pela inclusão é grande, defensores que investigam as alterações nas leis estruturadas pelo MEC com conexão a educação inclusiva querem uma educação de qualidade para todos, pois houve um grande aumento de alunos com deficiência no sistema brasileiro de ensino, que infelizmente sofrem preconceitos por sua condição nas comunidades escolares e por muitas vezes perdem a oportunidade de aprender os conteúdos curriculares que os fazem progredir na sua formação humana.

## 2.3 A ACESSIBILIDADE NO ATENDIMENTO

Sabe-se que para cada tipo de deficiência existe uma forma de interação adequada, dessa forma o AEE (Atendimento Educacional Especializado) tem por finalidade atender a cada um desses tipos de necessidades da melhor forma possível, conforme SEESP/MEC (2007)

Para que o educando com deficiência física possa acessar ao conhecimento escolar e interagir com o ambiente ao qual ele frequenta, faz-se necessário criar as condições adequadas à sua locomoção, comunicação, conforto e segurança. É o Atendimento Educacional Especializado, ministrado preferencialmente nas escolas do ensino regular, que deverá realizar uma seleção de recursos e técnicas adequados a cada tipo de comprometimento para o desempenho das atividades escolares. O objetivo é que o aluno tenha um atendimento especializado capaz de melhorar a sua comunicação e a sua mobilidade. (SEESP/MEC, 2007)

A sala de recursos multifuncionais é um dos locais para o AEE, pois, segundo o decreto nº 7.611 de 2011 no art. 5 parágrafo 3º “as salas de recursos multifuncionais são ambientes dotados de equipamentos, mobiliários e materiais didáticos e pedagógicos para a oferta do atendimento educacional especializado”. Ainda de acordo com o decreto nº 7.611 de 2011 no art. 5 parágrafo 4º, no que diz respeito aos elementos que compõem a sala de recursos multifuncionais, afirma que é dever da União

A produção e a distribuição de recursos educacionais para a acessibilidade e aprendizagem incluem materiais didáticos e paradidáticos em Braille, áudio e Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS, *laptops* com sintetizador de voz, *softwares* para comunicação alternativa e outras ajudas técnicas que possibilitam o acesso ao currículo. (BRASIL, 2011)

Em setembro de 2015 a ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) lançou uma nova versão da NBR 9050 que expõe as regras referentes à acessibilidade em projetos de arquitetura. A acessibilidade nas escolas está intimamente ligada as condições que torna possível que qualquer pessoa desfrute da melhor forma o seu ambiente de ensino.

A NBR 9050 frisa que o acesso é imprescindível para que qualquer pessoa possa entrar no ambiente escolar. Alguns critérios essenciais para que isso ocorra são listados a seguir:

- Deve haver corrimãos com larguras que possibilitem a passagem de uma cadeira de rodas.
- Os sanitários tem que possuir barras de proteção, altura correta com segurança para que qualquer pessoa com problemas na locomoção possa fazer uso com autonomia, é preciso também escolher um piso antiderrapante.
- Os bebedouros tem que possuir alturas diferentes que atendam a todos.
- A sinalização tátil e o piso de alerta funcionam como um aviso de obstáculos como escadas, objetos que possam estar no meio do percurso e rampas.

A Lei nº 1.517/2015 do município de São Mateus no art. 9º no seu parágrafo único diz que “os prédios e equipamentos escolares, públicos ou privados, deverão obedecer aos padrões mínimos de infraestrutura estabelecidos pelas normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT”.

Foi criado em 2000, a Lei de acessibilidade Nº 10.098 “[...] assegura e promove, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania”. No Capítulo IV, art. 27 ( BRASIL, 2000) diz que:

A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurando sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem. (BRASIL, 2000)

A lei 10.098 no art. 28, capítulo XV (BRASIL, 2000) garante o acesso da pessoa com deficiência, em igualdade de condições, a jogos e a atividade recreativas, esportivas e de lazer, no sistema escolar.

Segundo a Lei da Acessibilidade (BRASIL, 2015) no Art. 28 é de responsabilidade do poder público:

[...] assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar: o sistema educacional inclusivo em todos os níveis e modalidades, bem como o aprendizado ao longo de toda a vida; aprimoramento dos sistemas educacionais, visando a garantir condições de acesso, permanência, participação e aprendizagem, por meio da oferta de serviços e de recursos de acessibilidade que eliminem as barreiras e promovam a inclusão plena; projeto pedagógico que institucionalize o atendimento educacional especializado, assim como os demais serviços e adaptações razoáveis, para atender às características dos estudantes com deficiência e garantir o seu pleno acesso ao currículo em condições de igualdade, promovendo a conquista e o exercício de sua autonomia [...] (BRASIL, 2015).

A lei da acessibilidade garante um sistema educacional inclusivo proporcionando o acesso aos recursos acessíveis para pessoas com deficiência, buscando no atendimento educacional especializado que é um serviço da educação especial que reconhece, realiza e promove recursos pedagógicos e de acessibilidade com adaptações um ensino que garanta aos alunos com deficiência uma aprendizagem de mais igualdade. Além disso, a

Oferta de educação bilíngue, em Libras como primeira língua e na modalidade escrita da língua portuguesa como segunda língua, em escolas e classes bilíngues e em escolas inclusivas; adoção de medidas individualizadas e coletivas em ambientes que maximizem o desenvolvimento acadêmico e social dos estudantes com deficiência, favorecendo o acesso, a permanência, a participação e a aprendizagem em instituições de ensino; pesquisas voltadas para o desenvolvimento de novos métodos e técnicas pedagógicas, de materiais didáticos, de equipamentos e de recursos de tecnologia assistida; planejamento de estudo de caso, de elaboração de plano de atendimento educacional especializado, de organização de recursos e serviços de acessibilidade e de disponibilização e usabilidade pedagógica de recursos de tecnologia assistida [...] (BRASIL, 2015).

São exemplos do atendimento educacional especializado o ensino da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) e do código de BRAILLE, dando ao aluno permissão aos recursos de tecnologia assistiva que é uma estratégia utilizada para aumentar ou oportunizar a realização de uma atividade precisa e pretendida por uma pessoa com deficiência, assim a tecnologia assistiva ajuda o aluno com deficiência a participar no decorrer das atividades no âmbito escolar de forma inclusiva. Nesse sentido, concordamos que a

participação dos estudantes com deficiência e de suas famílias nas diversas instâncias de atuação da comunidade escolar; adoção de medidas de apoio que favoreçam o desenvolvimento dos aspectos linguísticos, culturais, vocacionais e profissionais, levando-se em conta o talento, a criatividade, as habilidades e os interesses do estudante com deficiência; adoção de

práticas pedagógicas inclusivas pelos programas de formação inicial e continuada de professores e oferta de formação continuada para o atendimento educacional especializado; formação e disponibilização de professores para o atendimento educacional especializado, de tradutores e intérpretes da Libras, de guias intérpretes e de profissionais de apoio; oferta de ensino da Libras, do Sistema Braille e de uso de recursos de tecnologia assistida, de forma a ampliar habilidades funcionais dos estudantes, promovendo sua autonomia e participação [...] (BRASIL, 2015).

A família é um suporte indispensável na vida do aluno com deficiência, juntamente com a escola que beneficia o avanço do aluno no seu campo de ensino aprendizagem, nesse sentido é de suma importância a formação continuada dos professores nessa ação do atendimento educacional especializado ajudando o estudante, no reconhecimento das barreiras que ele enfrenta no contexto educacional que o impossibilita de participar dos desafios de aprendizagem na escola. Assim tanto os problemas quanto as habilidades dos alunos quando forem identificadas, será papel do professor investigar e realizar recursos ou maneiras que os ampararão, favorecendo ou aumentando suas capacidades de atuação nas atividades, nos espaços da escolas e dentre outros. Sendo assim, o

acesso à educação superior e à educação profissional e tecnológica em igualdade de oportunidades e condições com as demais pessoas; inclusão em conteúdos curriculares, em cursos de nível superior e de educação profissional técnica e tecnológica, de temas relacionados à pessoa com deficiência nos respectivos campos de conhecimento; acesso da pessoa com deficiência, em igualdade de condições, a jogos e a atividades recreativas, esportivas e de lazer, no sistema escolar; acessibilidade para todos os estudantes, trabalhadores da educação e demais integrantes da comunidade escolar às edificações, aos ambientes e às atividades concernentes a todas as modalidades, etapas e níveis de ensino; oferta de profissionais de apoio escolar; articulação Inter setorial na implementação de políticas públicas (BRASIL, 2015).

Os incisos apresentados anteriormente também se aplicam as instituições privadas e impede a cobrança de qualquer taxa adicional de qualquer natureza, o que pode-se dizer que contribuiu para a inserção de alunos portadores de deficiência em instituições públicas.

Atualmente é comum ver pessoas com deficiência matriculados em redes públicas de ensino regular, num processo de inclusão. O mérito desta inclusão está em permitir o aluno com deficiência uma formação social e intelectual independente da sua deficiência na rede regular de ensino. Porém para que se firme a inclusão é necessário profissionais capacitados para lidar com esse tipo de situação.

O art. 59, inciso III (BRASIL, 1996), diz que os sistemas de ensino devem oferecer aos alunos com necessidades especiais "professores com especialização

adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns". Porém há um dificuldade do profissional em lidar com as diferentes situações nas diferentes deficiências. É necessário mais estudo e investimento para que a inclusão saia de um estágio ainda embrionário e tome forma abrangendo e se efetivando como um todo.

### 3 A EDUCAÇÃO FÍSICA INCLUSIVA

A educação inclusiva conjectura uma escola aberta, para que todos aprendam juntos, independente das dificuldades de cada um. Como já foi dito, existem regras e leis que a escola deve cumprir, estabelecendo o respeito ao outro, promovendo justiça e igualdade, esses são os princípios de uma escola inclusiva.

A partir daí o professor tem maior liberdade de trazer dinâmicas que favoreçam todos os alunos. A verdade é que o ensino que deve se adequar ao aluno e não o aluno ao ensino já estabelecido, é preciso haver uma flexibilidade no ensino professor e aluno para que seja efetivo o ensino da inclusão.

Confiante, consideramos que, para o prosseguimento da inclusão, é necessário que exista a atuação do ensino em totais capacidades e dos seus sujeitos de maneira ampla e completa. De acordo com Cruz (2005, p. 17), na qual garante que a procura por escolas inclusivas tem que ser sempre uma briga contínua.

Almejar uma escola inclusiva significa busca constante de coerência no relacionamento entre questões particulares e gerais, entre o indivíduo e a coletividade, entre os componentes curriculares e a escola, enfim, a fim de que se potencialize a ampliação do espaço de participação social de uma parcela da população sumária e indevidamente excluída do nosso sistema de ensino. O relacionamento entre as características da pessoa, o ambiente físico-social e as tarefas que lhe são propostas não pode ser ignorado quando da implementação de programas escolares, sejam eles direcionados para pessoas portadoras ou não de deficiência. (CRUZ, 2005, P. 17)

Carvalho (1997) compreende, que o modelo da escola inclusiva conjectura, juntamente, uma pedagogia adequada e de característica ofertada para todos os educandos nas categorias de ensino regular, onde deve ser ampliado um trabalho educacional, sem que sejam indiferenciados. Dessa maneira, a educação inclusiva é a ação da inclusão de todas as pessoas, independentemente de sua capacidade, deficiência ou origem, argumentando, todavia, as suas particularidades. Assim, vemos que não se pode almejar por uma instituição entre padrões da inclusão, do ensino para todas as pessoas, sem considerar na capacidade, na formação dos docentes. Nesse entendimento,

[...] se quisermos uma escola inclusiva, precisamos pensar com o outro, precisamos de um constante e longo processo de reflexão-ação-crítica dos profissionais que fazem o ato educativo acontecer. Se quisermos mudanças significativas nas práticas convencionais de ensino, precisamos pensar na formação continuada dos educadores (JESUS, 2005, p.206).

Ainda relacionado aos educadores, resta acreditar que a ação do professor, especialmente a inclusiva, apresenta inúmeras características que não podem ser menosprezadas. De acordo com Sacristán (1999, p. 71) que explica: "[...] para além do espaço concreto da prática [a sala de aula], o trabalho dos professores é condicionado pelos sistemas educativos e pelas organizações escolares em que estão inseridos".

De acordo com Cruz (2005) diante dos obstáculos apresentados pelos docentes são postos pontos que intervêm na direção do aprendizado no grupo inclusivo, a obrigação de compreender mais a respeito da deficiência, de possuir mais dados com relação ao conteúdo, indecisões relativamente da maneira de como agir com determinadas síndromes, como fazer diretamente no atendimento do aluno com deficiência, e de que maneira lidar com a preservação de se estabelecer o que se julga correto.

Com base nas ponderações acima, presume-se que alguns impedimentos ainda permanecem no imaginado dos docentes até agora, ainda mais se tratando de uma interferência educativa com educandos que apontam alguma deficiência, por exemplo, essas dificuldades produzem preocupações, inseguranças e discriminações, porque mesmo ficando em um ambiente incluso, muitas vezes, esses educandos, inda acabam sendo excluídos.

A inclusão é uma ação que ampara a compreensão de pessoas com deficiência e pessoas sem deficiência a serem capazes de viver no mesmo lugar de convívio. A Educação Física inclusiva em sua respectiva compartilha como entendimento que, não compete aos professores a obrigação em retroceder modificações morfológicas de educandos com deficiência (CRUZ, 2005).

Dessa forma, de acordo com CHICON (2010, p. 88), entende-se que,

[...] incluir na Educação Física não é simplesmente adaptar essa disciplina escolar para que uma pessoa com NEEs (Necessidades Educativas Especiais) possa participar da aula, mas é adotar uma perspectiva educacional cujos objetivos, conteúdos e métodos valorizem a diversidade

humana e que esteja comprometida com a construção de uma sociedade inclusiva (CHICON, 2010, p. 88).

Para que haja a participação do aluno com deficiência nas aulas de Educação Física é preciso adaptações em algumas atividades, porém, o objetivo maior é que os alunos valorizem as diferenças humanas para que construam uma sociedade inclusiva. Aguiar e Duarte (2005) acreditam que o aluno tem possibilidades de participar das aulas de Educação Física dentro de suas peculiaridades o que deve ser levado em consideração.

### 3.1 AS DEFICIÊNCIAS FÍSICAS E A EDUCAÇÃO FÍSICA: ALGUMAS CARACTERÍSTICAS

De acordo com o contexto no qual se está trabalhando podem existir diversas definições para o termo “deficiência física”. Buscando melhor entendimento sobre esse termo, entendemos que a deficiência física é caracterizada conforme consta no art. 4 inciso I do decreto 3.298 de 1999, onde:

Deficiência física é uma alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, [...], amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, nanismo, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções. (BRASIL, 1999)

Pessoas com deficiência, segundo a CONVENÇÃO SOBRE OS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA de 2008, são

[...] aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdades de condições com as demais pessoas. (BRASIL, 2008, p.26)

É comprovado por Alves *et al.*, (2016) que a atividade física para pessoas com deficiência promove além da interação social, o aumento na qualidade de vida, com o bom humor, reduz o estresse, melhora o condicionamento físico, uma vez que pessoas com deficiência são mais sedentários. Além de testar seus limites e seu potencial.

Para fisiologia a falta de atividade física diminui a mobilidade, aumentado o peso corporal e reduzindo a disposição para as tarefas diárias (ZUCHETTO, 2002).

Em termos psicológicos Alves *et al.*, (2016) percebe que indivíduos com a vida ativa, possui um autoconceito mais positivo, auto aceitação, influenciando no desenvolvimento psicossocial.

Alves *et al.*, (2016) conclui então que o esporte como atividade física para pessoas com deficiência é uma das principais, senão a principal maneira de integração da sociedade, despertando um sentimento e vontade de melhorar o seu mundo, provando para si mesmo e para a sociedade que são capazes de terem soluções para as suas maiores dificuldades, se tornando mais ativos e alcançando independência na realização de suas atividades cotidianas, crescendo a autoestima, melhorando seus relacionamentos sociais de lazer e com amigos em busca de uma vida mais saudável e digna.

O aluno com deficiência física tem carência, pois traz consigo muitos não's durante o decorrer de sua vida, dessa forma, é preciso dar a esse aluno condições para participar das aulas de Educação Física de forma que possa promover sua inclusão ajudando no desenvolvimento de suas capacidades.

### 3.2 O CADEIRANTE NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA

Tem-se debatido muito a aceitação da inclusão no âmbito escolar, esses conflitos são em torno das ações e possibilidades para a realização da inclusão. Sendo importante que o corpo social veja que a real inclusão deve obrigatoriamente concordar com o começo da identidade de direito. Segundo Sassaki (1997):

A inclusão é um processo que exige transformações, nos ambientes físicos e na mentalidade de todas as pessoas, inclusive da própria pessoa com necessidades especiais, com o objetivo de se alcançar uma sociedade que não só aceite e valorize diferenças individuais humanas, por meio da compreensão e da cooperação. (SASSAKI, 1997)

Para Mantoan (2003) "a inclusão será a transformação do corpo social, sendo ela integrada para passar a ter as pessoas com deficiência". Para a autora além do ambiente escolar, com toda sua organização para a inclusão de alunos com deficiência, é necessário que a escola tenha uma modificação para passar a ter alunos.

A inclusão é vista como um sistema que determina a introdução do aluno com deficiência no meio escolar e social. Assim, a inclusão faz parte do sistema escolar, possibilitando a participação de todos. Indispensavelmente, o professor terá que se ajustar às peculiaridades de todos os educandos para que a inclusão seja feita efetivamente.

Nessas circunstâncias, a respeito da inclusão, os recursos físicos e equipamentos para a solidificação de uma metodologia que deve oferecer lugares para o andamento das atividades escolares se tornam indispensáveis. Desse modo, buscando inovações de convívio social e pessoal de forma que seja capaz estabilizar os meios de educação e conhecimentos. A construção de todas as pessoas incluídas na inclusão é uma situação fundamental para a conquista do argumento, adepto claramente a apoiar as famílias para que realmente seja feito um suporte às pessoas que estão de modo direto envolvidos com as modificações.

O processo de iniciação do docente no âmbito escolar, muitas vezes se torna penoso, pois, durante toda a sua formação o que foi estudado na teoria acaba sendo um baque a partir do momento que é vivenciado na prática, assim futuros docentes, não esperem, que em sua formação sejam ensinados métodos prontos de como lidar com seus alunos na sala de aula.

De acordo com Mantoan (2003, p. 43) deve-se sofrer transformações nos currículos em todos os níveis de cursos de formação do docente, fazendo com que futuros profissionais conheçam costumes de ensinamentos apropriadas as desigualdades. Outro fator significativo é a presença frequente da família, muitas das vezes os pais acabam protegendo ou até mesmo tendo uma certa negação da deficiência, sendo que os pais são primordiais para que a inclusão conquiste suas finalidades no procedimento do conhecimento. Ainda segundo Mantoan (2003)

Os pais podem ser nossos grandes aliados na reconstrução da nova escola brasileira. Eles são uma força estimulada e reivindicadora dessa tão almejada recriação da escola, exigindo o melhor para seus filhos, com o sem deficiência, e não se contentando com projetos e programas que continuem batendo nas mesmas teclas e maquinando o que sempre existiu. (MANTOAN, 2003, p.53)

Segundo o MEC (2007) a educação inclusiva cria uma regra educacional que se fundamenta nos direitos humanos, que considera igualdade e diferença como valores indissociáveis, e que avança em relação à ideia de igualdade formal ao

contextualizar as circunstâncias históricas da produção da exclusão dentro e fora da escola.

Para Bartalotti (2006),

Incluir uma criança "diferente" na escola regular significa proporcionar a todos os alunos o aprendizado de conviver com a diversidade, sem anulá-la. Experiência esta que faz parte de toda cultura, de qualquer sociedade. Isto quer dizer que não é possível apagar as diferenças, inclusive no que diz respeito a aprendizado. Portanto, a inclusão como imaginamos e idealizamos não é a mesma que vemos na prática. Mas isto não é um problema (p.36)"

A escola deve ser apropriada para receber alunos com deficiência, começando pelo seu espaço físico em especial ao aluno cadeirante. No projeto da construção da escola deve conter rampas, para receber os alunos que utilizam cadeira de rodas, barra de apoio, principalmente nos banheiros, escadas e carteiras.

## 4 A EDUCAÇÃO FÍSICA EM SÃO MATEUS

Existem metas e leis na constituição municipal (Lei orgânica) e no plano municipal de educação do município de São Mateus, exclusivas e específicas para pessoas com deficiência. O capítulo II, seção I, art. 189, (Câmara municipal, 2011) diz que são competências do Município, exercida pela Secretaria Municipal de Saúde: "VIII – assistência integral à saúde [...] dos deficientes físicos [...]".

Sobre a educação temos na mesma constituição (Câmara municipal, 2011) no capítulo 3, que trata de educação, na seção I, Art. 199 que

[...] as obrigações do Município para a educação serão efetivadas mediante a garantia de: III – Atendimento educacional especializado, aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino, através de convênios com instituições sem fins lucrativos sob a prévia autorização legislativa e sob o poder público.

Na Lei orgânica (Câmara municipal, 2011) também é encontrado uma caracterização de pessoas com deficiência, que podem receber benefícios.

Já no Plano Municipal de Educação (SÃO MATEUS, 2015) é visto como meta no Anexo I, meta 3:

Implementar políticas educacionais que priorizem ações de permanência na escola, do aluno com necessidades específicas", reforçando a inclusão e trabalhando ações que facilite o ensino/ aprendizagem deste aluno com necessidades especiais de forma geral. No ensino médio temos a meta 4: sendo 'no prazo de dois anos, através de parcerias Estado e Município, ofertar propostas diversificadas para o ensino médio possibilitando o atendimento dos alunos [...] que possuem necessidades especiais de aprendizagem através de propostas diversificadas para correção do fluxo escolar (SÃO MATEUS, 2004).

Nas modalidades de ensino pelo plano municipal de educação tem por diagnóstico pela Lei Federal que é "[...] proibido recusar, sem justa causa, o acesso do portador de necessidades especiais [...]" (SÃO MATEUS, 2004) dando ao aluno com deficiência direito de estudar no ensino regular.

A Lei municipal cita a formação dos profissionais, "[...] oferecendo-lhes metodologia e técnicas adequadas para trabalhar e estimular todo o potencial do aluno e não as suas deficiências [...]" (SÃO MATEUS, 2004), mostrando que o Município também se preocupa com os profissionais qualificados inseridos na

educação especial. No PME (Plano Municipal de Educação de 2015) na meta 6.9 possui o seguinte texto:

Manter e ampliar Políticas Públicas de Acessibilidade nas escolas para garantir o acesso e a permanência dos alunos com deficiência por meio da adequação arquitetônica, da oferta do transporte acessível, da disponibilização de material didático próprio, recursos de tecnologia assistiva e profissionais especializados para este atendimento. (SÃO MATEUS, 2015)

#### 4.1 A INCLUSÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA FÍSICA NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA NAS UNIDADES DE SÃO MATEUS-ES

Não faltam leis que dissertam o direito de uma educação gratuita e de qualidade para alunos com deficiência no município de São Mateus – ES, porém é necessário o estudo de campo para que seja avaliado o cumprimento de todas essas leis, podendo assim sugerir e contribuir para a melhor educação possível dos alunos deficientes físicos.

Segundo Sasaki (1997) o processo pelo qual a sociedade se adapta

[...] para poder incluir, em seu sistema sociais gerais, pessoas com necessidades especiais e, simultaneamente estas se preparam para assumir seus papéis na sociedade. A inclusão social constitui, então, um processo bilateral no qual as pessoas, ainda excluídas, e a sociedade buscam, em parceria, equacionar problema, decidir sobre soluções e efetivar a equiparação de oportunidades para todos. (SASSAKI, 1997, p.41)

Foram levantadas no município de São Mateus 29 escolas de ensino fundamental, dentre elas 16 escolas possuem sala de recursos e 9 têm atendimento especializado. Segundo a secretaria municipal de educação do município (comunicação pessoal).

Diante de todo o contexto evidenciado dos alunos com deficiência física, há uma releitura a se fazer diante da inclusão do aluno com deficiência, que se faz indispensável e necessária. Nesse sentido a Educação Física se compõe de forma importantíssima, no que se refere a inclusão, possibilitando, a autonomia, valorização e autoconfiança do aluno com deficiência, nas aulas de Educação Física.

Na lei 1.517/2015 do Plano Municipal de Educação de São Mateus no capítulo VII que transcreve sobre o currículo, diz que o aluno deficiente deve ser incluído nas aulas de Educação Física respeitando seu comprometimento da deficiência apresentada, segundo o que consta no art. 23 nos termos a seguir:

A prática da educação física e do desporto reger-se à pelo que estabelece o Artigo 26, §<sup>a</sup>3º da Lei Federal nº 9.394/96 e pela Lei Federal nº 10.793/2003 e Decreto Federal nº 6.924/2009, considerando a natureza e o comprometimento da deficiência apresentado, respeitando a avaliação clínica a que o aluno tenha sido submetido (SÃO MATEUS, 2015).

Em São Mateus, o atendimento dos alunos com deficiência se dá desta seguinte maneira: os alunos são matriculados nas escolas comuns, os educandos que tem laudo, nos quais são público alvo da secretária de Educação Especial e, precisam de atendimento especializado; são atendidos na sala de recursos, onde um(a) professor(a) os atenderão individualmente, dois dias da semana com cinquenta minutos a cada dia. Os alunos que tem deficiência cognitiva não são atendidos na sala de recursos, pois são atendidos duas vezes na semana na APAE.

Em São Mateus, existem 16 salas de recursos referentes às escolas municipais de ensino fundamental, onde são realizados os atendimentos especializados, estas salas estão instaladas dentro de algumas escolas espalhadas pelas regiões deste município.

Para Baumel (1998, p. 33), "[...] o desenvolvimento das chamadas escolas inclusivas é o propósito, senão o desafio que se coloca á comunidade educativa, no fundamento da educação inclusiva". Acerca da inclusão, nas últimas décadas tem-se discutido bastante, pois ainda há muitos desafios a serem enfrentados.

## 5 METODOLOGIA

Esta pesquisa foi elaborada por meio de uma pesquisa de campo, pois privilegia em seu modo os seus elementos de informações, tendo respostas mais precisas e diretas.

Na pesquisa qualitativa os resultados são mais claros e o intuito não é estabelecer quantidades como respostas, mas sim poder entender a conduta do grupo-alvo escolhido. A pesquisa tem como finalidade relatar os acontecimentos e as particularidades sobre as relevâncias das atividades físicas para a inclusão do aluno cadeirantes nas aulas de Educação Física numa escola do município de São Mateus-ES.

Primeiramente foi apresentado á direção da escola (equipe gestora), o projeto da pesquisa intitulado "A inclusão do (a) aluno (a) cadeirante nas aulas de Educação Física em São Mateus - ES" com o objetivo de solicitar a autorização para a concretização do mesmo.

Seguindo os procedimentos, a pesquisa foi aceita pela diretora e pelas professoras, foi solicitada autorização da diretora da escola, através do Termo de Consentimento dando autorização para que a pesquisadora utilizasse as informações obtidas nos questionários.

Como resultado da produção de dados a população do estudo foi composta por 04 alunos cadeirantes do 1ºB, 2ºB, 4ºA e 7ºC, com idades de 06, 07, 09 e 14 anos, respectivamente, sendo 02 alunas do sexo feminino e 02 alunos do sexo masculino, e duas professoras de Educação Física efetivas da escola. Algumas circunstâncias impediram que 02 alunos fossem inseridos na pesquisa, devido os mesmos estarem afastados da escola por cuidados médicos. Porém um dos dois sujeitos da pesquisa não estava vivenciando as aulas de Educação Física, por estar recém operado, mas se fazia presente nas aulas da professora regente, onde mesmo assim o observamos.

Com a finalidade de coletar os dados da pesquisa, efetuamos um questionário direcionado as professoras com questões abertas e de caráter pessoal sobre a realidade vivenciada por elas em relação a inclusão dos alunos cadeirantes nas

aulas de Educação Física. Os questionários foram respondidos de forma individual, em espaço reservado dentro da própria escola, respeitando a privacidade de cada um.

## 5.1 CLASSIFICAÇÃO DE PESQUISA

Os conceitos utilizados para a pesquisa serão: pesquisa de campo e pesquisa descritiva qualitativa, pois de acordo com Gil (2002) o estudo de campo é feito com maior profundidade, percebendo mais as questões propostas, apresentando uma maior flexibilidade.

Com ele é estudado um grupo único ou uma comunidade, evidenciando a interação entre os componentes da pesquisa, tendendo a usar técnicas de observação. Tem como foco uma comunidade, onde a pesquisa é desenvolvida por meio de uma observação direta das ações do grupo em estudo, através de entrevistas onde se tem uma noção do que acontece no grupo. Essa observação pode ser feita por meio de filmagens, fotografias, análise de documentos ou questionários, que será o instrumento utilizado nesta pesquisa (Gil, 2002).

A pesquisa descritiva qualitativa, também segundo Gil (2002), tem como principal característica a utilização de questionários como coleta de informações, tendo como principal foco a descrição das características de determinado grupo, como a distribuição por idade, sexo, nível de escolaridade, estado de saúde física, mental e etc.

Segundo Bardin (2011) a análise de conteúdo designa:

Um conjunto de técnicas de análises das comunicações visando a obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a interferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens. (BARDIN, 2011, p.47).

De acordo com Bardin (2011) a análise de conteúdo é um método que pode ser aplicado em todas as maneiras de comunicação. Nessa análise o observador busca entender as particularidades, alicerces ou referências que estão por trás de elementos de mensagens tornados em importância.

## 5.2 INSTRUMENTOS

Utilizamos como instrumento a entrevista não estruturada, a observação participante onde foi o momento que observamos diretamente o aluno cadeirante nas aulas de Educação Física durante duas semanas com 08 aulas observadas visando fazer a verificação de dados dos alunos sujeitos da pesquisa.

No primeiro instante realizou-se um roteiro de entrevista não estruturado e observação das aulas de Educação Física vividas pelos alunos no dia a dia, utilizamos diário de campo coletando informações dos alunos cadeirantes nas aulas de Educação Física. Foram feitos registros e vídeos das aulas da acessibilidade da escola.

No segundo instante foi realizado um questionário com 09 perguntas semiestruturadas e abertas, direcionadas para professoras da escola. Logo após a produção de dados foi feita uma análise descritiva do contexto pelos alunos cadeirantes e observadas pelas pesquisadoras no decorrer das aulas de Educação Física.

## 5.3 PRODUÇÕES DOS DADOS

O ambiente de pesquisa foi escolhido por ser a escola onde se encontra o maior número de alunos cadeirantes. O levantamento seria junto com a Secretaria Municipal de Educação, porém a mesma não possibilitou informações referentes as escolas onde estão matriculados os alunos cadeirantes. Sendo assim, as pesquisadoras realizaram por conta própria uma busca em todas as Escolas Municipais de Ensino Fundamental onde estão matriculados os alunos cadeirantes como mostra o quadro a seguir:

**TABELA 1** – Escolas da rede municipal de ensino que possuem ou não sala de recursos, AEE (Atendimento Educacional Especializado) e alunos cadeirantes.

Bairro da Escola	A.E.E	Sala De Recursos	Alunos Cadeirantes
Arueira	Não Possui	Não Possui	-
Aviação	Não Possui	Não Possui	-
Ayrton Senna	Possui	Possui	-
Barra Nova	Possui	Possui	-
Bom Sucesso 1	Não Possui	Possui	01
Bom Sucesso 2	Não Possui	Possui	-
Carapina	Possui	Possui	-
Cohab	Não Possui	Possui	04
Cricaré	Não Possui	Não Possui	-
Guriri(lado norte)	Não Possui	Possui	01
Guriri(lado sul)	Não Possui	Não Possui	-
Guriri(lado sul)	Possui	Possui	-
Ideal	Possui	Possui	01
Itauninhas	Não Possui	Possui	-
Km 28	Não Possui	Não Possui	-
Km 35	Não Possui	Não Possui	-
Km 41	Não Possui	Não Possui	-
Km 47	Não Possui	Não Possui	-
Litorâneo	Não Possui	Não Possui	-
Morada Do Ribeirão	Não Possui	Não Possui	-
Nestor Gomes	Possui	Possui	-
Nova Lima	Possui	Possui	-
Paulista	Possui	Possui	-
Pedra D'agua	Não Possui	Possui	01
Ponte	Não Possui	Não Possui	-
Posto Esso	Não Possui	Possui	01
Seac 01	Não Possui	Não Possui	-
Seac 02	Não Possui	Não Possui	-
Vila Verde	Possui	Possui	-
<b>TOTAL 29</b>	<b>09</b>	<b>16</b>	<b>09</b>

Fonte: Levantamento realizado pelas autoras do trabalho

Como resultado do levantamento, encontramos 09 alunos cadeirantes matriculados na rede de ensino, sendo que 04 concentram-se na mesma escola. Optamos em pesquisar nessa escola devido a quantidade de alunos cadeirantes que se encontram matriculados na mesma.

## 6 LEITURAS E ANÁLISES

Para se ter uma análise centralizada, que retrata a vida dos alunos, toda pesquisa foi com suporte nos dados produzidos, e nas observações das pesquisadoras, foram feitas anotações no diário de campo, entrevista e questionários aplicados as professoras. Desta maneira, procurando entender e perceber os principais obstáculos que são descobertos nas aulas de Educação Física. No processo de análise das informações preservamos a identidade dos sujeitos da pesquisa. Os alunos e as professoras são identificadas pela inicial do nome.

### 6.1 A ESTRUTURA DA ESCOLA PARA O ATENDIMENTO DOS ALUNOS

No que se refere as condições arquitetônicas, percebemos que uma parte da escola não está adaptada arquitetonicamente, como prevê a lei da acessibilidade, gerando grande desconforto ou até mesmo perigo para o aluno cadeirante.

A entrada dos alunos, por exemplo, deveria ser feita preferencialmente pela via de menor tráfego, o que não acontece, assim todos usam a rota acessível, com rampa que deveria ser de exclusividade dos alunos cadeirantes.

Os corrimãos só estão presentes na entrada da escola, ficando ausente no trajeto entre as salas, de aulas, bibliotecas, laboratórios de informáticas e quadra. As portas possuem tamanhos apropriados, porém, nas salas de aula dos alunos cadeirantes não possuem mesas adequadas para o uso com cadeiras de rodas.

A aluna M.E não sente dificuldade em não usar a mesa apropriada, segundo relato abaixo:

*"Pra mim essa mesa que uso não me atrapalha". (aluna M.E)*

É muito importante enfatizar que a carência de carteira adequada própria para cadeirantes pode não atrapalhar a aluna M.E, mas talvez seja uma grande barreira para outro aluno cadeirante.

Notamos a presença de pequenos ressaltos na rampa que dá acesso a quadra sem contar com o chão esburacado e com muitas pedras. Para os alunos comuns pode parecer sem importância, mas quando se fala do aluno cadeirante levando em conta o seu grau de dificuldade, podendo deixá-lo fora das aulas. Durante o trajeto até a quadra guiamos a aluna M.E, pois queríamos sentir um pouco de como era conduzi-la, diante de alguns obstáculos que encontramos pelo caminho, como dito acima, passamos por pequenos buracos no chão, e algumas pedras, além de desníveis difíceis de serem ultrapassados onde dificultou nossa trajetória até a quadra, porém persistimos e conseguimos chegar.

A rampa que dá acesso a quadra possui inclinação fora das normas da NBR 9050/2015 (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 2015, p. 55) onde:

Desníveis de qualquer natureza devem ser evitados em rotas acessíveis. Eventuais desníveis no piso de até 5 mm dispensam tratamento especial. Desníveis superiores a 5 mm até 20 mm devem possuir inclinação máxima de 1:2 (50 %) [...]. Desníveis superiores a 20 mm, quando inevitáveis, devem ser considerados como degraus. (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 2015, p. 55)

O relato abaixo corrobora a afirmação acima.

*"O caminho para ir para a quadra é difícil, tem que ter muito esforço e manejo com a cadeira". (aluna M.E)*

Complementando o questionário usado na pesquisa, foram feitas algumas perguntas a alguns professores buscando saber qual foi o impacto, para eles, ao saber que iriam lidar com um aluno(a) cadeirante em sua turma.

A professora MR respondeu que, se sentiu apreensiva e preocupada.

Em primeira instância fiquei muito apreensiva e preocupada com a elaboração dos planos de aulas, mas no decorrer do ano foram surgindo ideias naturalmente e foi maravilhoso o retorno dele, ele amava as aulas, participava efetivamente (professora MR).

No primeiro instante percebe-se a preocupação da professora MR com o aluno incluído que é participante assíduo nas aulas de Educação Física, mas isso foi sendo amenizado com as vivências do aluno cadeirante durante as aulas.

A professora A não se sentiu assustada, pelo contrário, sua atitude perante ter uma aluna (o) cadeirante na turma foi vista como algo normal em sua profissão. Segundo ela

*"Não fiquei assustada, espero em qualquer momento receber um aluno com deficiências sendo ele cadeirante, auditivo, etc" .(professora A)*

Durante algumas observações realizadas com a aluna M.E verificou-se que a mesma não gostava muito de participar das aulas de Educação Física, pois mantinha-se a maior parte do tempo apenas observando as atividades praticadas pelos colegas. Contudo a professora A relata que a aluna M.E não participa das atividades propostas, mas que os colegas caso ela participasse não a excluiria e nem a recriminaria, até a chamava algumas vezes para participar das aulas.

*"A aluna M.E não gosta de participar das aulas de Educação Física, mas pela turma não seria empecilho nenhum". (professora A)*

A professora MR do aluno S ressalta que o mesmo gosta muito das aulas e que os colegas são muito companheiros.

*"Os colegas são muito companheiros, o aluno S gosta muito das aulas". (professora M.R)*

Ambas as professoras incluem fisicamente os alunos nas aulas, sem haver exclusão em algum momento. Verificou-se durante as observações, o grande carinho que toda a equipe pedagógica tem com todos os alunos que utilizam cadeiras de rodas, principalmente as cuidadoras que são sempre dedicadas ensinando valores e dando todo suporte necessário, podemos confirmar isso nos relatos das professoras.

*"Equipe muito dedicada". (professora M.R).*

*"Ótimas, todo tipo de suporte que precisa o aluno cadeirante tem, todo apoio necessário" . (professora A)*

A equipe pedagógica é comprometida com os verdadeiros ideais de inclusão e do respeito com as diferenças. Em contrapartida, observamos que os materiais não eram adaptados, todos os materiais utilizados pelos professores eram materiais comuns, como exemplo, bolas de futsal. O grande diferencial que possibilita a esses alunos participarem das aulas são os profissionais envolvidos, onde, o planejamento de suas aulas é feito incluindo os alunos cadeirantes como parte das aulas, mesmo que esses venham a não querer participar das aulas. Abaixo é possível observar os acessos das salas até a quadra incluindo o percurso.

Foto 1: Saída das salas para a quadra.



Fotos: arquivo das autoras do trabalho

Foto 2: Percurso até a quadra.



Fotos: arquivo das autoras do trabalho

Foto 3: Rampa de acesso a quadra.



Fotos: arquivo das autoras do trabalho

## 6.2 O PLANEJAMENTO DAS AULAS: CONTEÚDOS E AÇÕES

Na aula de Educação Física pode-se adaptar a atividade permitindo assim a participação de todos, adequando-se as possibilidades de cada um, como foi relatado pela professora.

*"Os conteúdos propostos são os mesmos, porém a forma de ministrá-los são adaptados".* (professora M.R)

As aulas de Educação Física quando adaptadas ao aluno cadeirante torna possível compreender suas limitações e capacidades, ajudando-o na busca de uma melhor adaptação.

Para a professora A, incluir a aluna M.E nas suas aulas, oferecendo oportunidades iguais, apesar das diferenças.

Trago o meio que a aluna M.E vive para os alunos ditos normais, e trago o meio dos alunos ditos normais para a aluna M.E, chego na sala e falo que a atividade de hoje será adaptada, pois vocês sentirão como a M.E faz para praticar as atividades nas aulas de Educação Física, dei por exemplo o vôlei sentado. Em outra ocasião falei para a turma, hoje vamos praticar o futsal e a colega de vocês M.E irá participar ficando no gol, não gosto muito de atividades adaptadas, mas sempre faço a práticas dessas atividades com os alunos, para eles também sentirem na pele as dificuldades e superações da pessoa cadeirante ou com outra deficiência. Gosto mesmo da inclusão onde há um relacionamento de respeito e solidariedade entre os alunos ditos normais e os inclusos. (professora A)

O relato da professora A descrito acima foi observado em uma aula quando a mesma estava trabalhando futsal, onde, uma das pesquisadoras pôde vivenciar com a aluna M.E o princípio da inclusão, pois na atividade proposta pela professora a aluna M.E ficou no gol sendo auxiliada por umas das pesquisadoras.

O princípio da inclusão na Educação física escolar é isso que foi ressaltado, o eixo principal é o aluno; a professora A voltou o seu olhar para a evolução das aptidões de todos os alunos e deu condições de acesso aos conteúdos a partir de estratégias adequadas.

Na observação da aula da professora A no dia 06/06/2018 quando a aluna M.E foi praticar o futsal sendo goleira, a professora passou instruções para a aluna, sendo que a mesma sempre estava posicionada na frente da professora confirmando se entendeu tudo o que havia escutado, fazendo a prática sem precisar de adaptação.

Na hora de avaliar, as duas professoras, avaliam os alunos cadeirantes assim, o progresso de cada um no processo de aprendizagem.

*"Quando opto por ver o que a aluna M.E é capaz de produzir e suas respostas as atividades propostas, consigo acompanhar seu percurso escolar e a evolução das competências". (professora A)*

Em outras palavras não é o efeito de reproduzir as informações, mas o que a aluna M.E adicionou ao seu conhecimento e a forma como fez isso que deve ganhar nota.

A professora M.R sempre realiza atividades diversificadas, observações diárias, descobrindo o que seus alunos cadeirantes aprendem percebendo também as capacidades de cada um e ganhando pistas de como aplicá-las.

Foi observado que a professora M.R planeja suas aulas com o propósito de incluir a aluna M.E, porém, nem sempre a aluna quer participar das aulas.

Percebeu-se com esse questionário dois pontos de vista distintos, de um lado a professora M.R que ficou apreensiva ao saber que iria lidar com um aluno cadeirante em suas aulas, por outro lado, a professora A afirma que tinha em mente que poderia lidar com esse tipo de situação. Baseado nas respostas das professoras foi possível notar que a professora A se preparou para esse tipo de caso, pois, sabia que isso seria possível acontecer em suas aulas em contraste com a afirmação da professora M.R que ficou apreensiva quanto a elaboração de suas aulas para esse tipo de situação, apreensão essa que se desfez no decorrer de suas aulas quando notou que os alunos estavam gostando das aulas e isso inclui o aluno cadeirante.

### 6.3 O PROCESSO DE PARTICIPAÇÃO DOS ALUNOS CADEIRANTES

Todos os alunos da escola se socializam bem, com os colegas, notamos boa convivência entre os alunos, onde os mesmos reconhecem as necessidades, as competências e lidam muito bem com as diferenças e respeitando o limite do outro.

Todos os alunos sujeitos da pesquisa realizam as atividades propostas pela professora, o aluno S antes de sofrer a intervenção cirúrgica participava efetivamente das aulas.

O aluno S por não estar apto a participar das aulas de Educação Física é retirado da sala minutos antes do início da aula. Ele não é um aluno tímido, ou agressivo, é inquieto e se distrai com facilidade e é querido por toda a sua turma. Durante umas das nossas observações o aluno S estava no pátio com a cuidadora, o mesmo estava segurando uma luva cirúrgica que se transformou em uma bola por

sua cuidadora (fez-se uso da luva como se fosse uma bexiga), segue abaixo o relato do aluno sobre as aulas de Educação Física.

*"Eu gosto, quando eu nem vi, gosto de fazer... jogar bola, fazer atividade, gosto daquela tia..."* (aluno S)

Nesse momento nossa conversa foi interrompida pela cuidadora que explica novamente o motivo pelo qual o aluno S não está participando das aulas, pois o mesmo "colocou um ferro no pé" (fez uma cirurgia corretiva no membro inferior) e ela o chama para continuar a conversa conosco, pois ele se distraía muito com a bola que estava em sua mão.

Gosto de brincar coloquei um ferrinho no meu...que ficou pra lá e pra cá, chorei não, sou forte, olha o meu "musculão", quero a bola [...] gosto de brincar com meus colegas, com meus brinquedos... Aí você não quer ver meus coleguinhas, não? Você não quer ir na minha sala não? [...] Eu estudo aqui no Arnóbio, você estuda aqui no Arnóbio comigo? A tia (cuidadora) fica aqui comigo, gosto da tia [...] vou pegar a bola. (aluno S)

O aluno S é bem ativo e se distrai com facilidade, a cuidadora nos relatou que o mesmo além de cadeirante é deficiente intelectual.

Relato da aluna M.E sobre gostar ou não das aulas de Educação Física.

Gosto da aula e não de fazer a aula, gosto de dançar, nunca tentei fazer a aula até mesmo antes de ser cadeirante, gosto apenas de observar, fazia só algumas vezes, cheguei hoje depois da aula porque fui na rua com minha mãe, mas nas vezes fico na sala mesmo, adiantando os meus trabalhos. (aluna M.E)

Perguntamos a aluna M.E se ela gostaria de tentar fazer as aulas de Educação Física, procuramos incentivá-la de todas as formas a participar, falamos para ela o quanto era prazeroso vivenciar as aulas e que fazíamos questão de estar na próxima aula para observá-la pois estaríamos ali para ajudá-la de alguma forma.

*"Na quarta feira vou participar da aula, me dou muito bem com meus colegas, mas sou tímida".* (aluna M.E)

E durante todo processo de observação a aluna M.E participou das aulas, ficando no gol, duas vezes com um dos meninos que a auxiliou no gol, e as outras sempre era uma das meninas, via-se a felicidade da aluna M.E durante as vivências, o que nos fazia sentir imensa gratidão, pois através de nosso incentivo no começo que levou a aluna M.E a começar a participar das aulas de Educação Física, pois ela

gostava mais de observar, mesmo quando a professora perguntava se ela queria participar, e muitas das vezes tentando incluí-la.

Durante o seu relato a aluna M.E nos informou que faz alguns tratamentos em Vitória e sobre as escolas que estudou, também fala do que a levou para uma cadeira de rodas.

Vou para Vitória, mais de uma vez por mês, e é meu primeiro ano aqui no Arnóbio, estudei no SESC, depois fui para o PIO XII, mas nunca fui nessa escola, mandavam as provas e eu fazia em casa, lá não tinha cuidador e nem rampa, só escada, aí ficava ruim, mas antes de estudar lá eu andava, aqui é legal tem rampa e moro pertinho da escola". [...] No final do 5 para o 6 ano, eu não conseguir andar mais, tenho uma doença auto imune, Dermato Miosite Juvenil, quase igual ao lúpus, porém um pouquinho pior, atingiu os músculos, nervos e a pele. Fiquei muito tempo internada e não conseguir mais voltar a andar, eu estava fazendo fisioterapia na água morna, aí eu conseguia ficar em pé, aí parei de fazer a fisioterapia e não conseguia mais ficar em pé, o fisioterapeuta entrou de férias, minha mãe liga e não consegue mais falar com ele, perdemos o contato. [...] Eu andava dentro da água, não sentia dor, aí às vezes quando saía da piscina pra botar um short, já conseguia sem precisar deitar, aí depois que parou, dá muito pus embaixo da coxa, assim ficava muito duro, excesso de cálcio, aí tinha que estourar; como comecei logo, fez quase 01 mês, nem cheguei a fazer 01 mês, duas semanas mais ou menos, aí eu voltei a estourar, aí depois que saiu tudo, aí eu voltei de novo, aí eu voltei a ficar em pé, mas depois parou, voltou tudo de novo. [...] Parei de fazer fisioterapia porque o fisioterapeuta saiu da clínica e ninguém consegue falar com ele. (aluna M.E)

Notamos que a aluna M.E sabe bastante sobre sua doença e procura sempre se informar sobre os avanços da doença e a possibilidade de voltar a andar.

Observamos também que a aluna M.E presta muita atenção aos detalhes que a cercam, por exemplo, as dificuldades que encontra no dia a dia quando ela diz "[...] lá não tinha cuidador e nem rampa, só escada, aí ficava ruim [...]". A aluna menciona ainda que gostava de fazer a fisioterapia, pois sentia progresso no que diz respeito a recuperação dos seus movimentos, isso pode ser percebido quando ela afirma "[...] às vezes quando saía da piscina pra botar um short, já conseguia sem precisar deitar [...]". Seguem algumas imagens que mostram a participação da aluna M.E nas aulas de Educação Física.

Foto 4: Participação da aluna ME.



Foto: arquivo das autoras do trabalho.

Foto 5: Outra participação da aluna ME.



Foto: arquivo das autoras do trabalho.

#### 6.4 OS DESAFIOS E AS POSSIBILIDADES PARA O PROCESSO INCLUSIVO DOS ALUNOS

Em relação as barreiras encontradas que impedem os alunos cadeirantes a participarem da aula, a professora A frisou que "durante as aulas não tem barreiras. No caso a própria a aluna M.E que não gosta. Sendo ela a barreira".

Já para a professora MR, a barreira seria o "acesso aos locais das aulas, principalmente quando não são na quadra".

Muitos desafios, encontrados pelas duas professoras de Educação Física, estiveram relacionadas a acessibilidade e a aluna que se nega a participar das aulas, por que não demonstra interesse. Diante desse cenário observou-se que as professoras acreditam no sucesso da inclusão mesmo com as dificuldades encontradas.

No decorrer das observações notamos as dificuldades dos alunos cadeirantes na locomoção para participarem das aulas de Educação Física, o que foi relatado no questionário pelas professoras.

*"Não é muito fácil "* (professora MR)

*"Acessibilidade até a quadra tem como o aluno se locomover, porém próximo a quadra não tem rampa e fica difícil o acesso a quadra". (professora A).*

Nas nossas observações a fala da professora A não se confirma, pois essa acessibilidade não existe no percurso até a quadra, há muitas pedras, declives e buracos. Procuramos saber o porquê dessa falta de acessibilidade, fomos informadas que o projeto de construção da rampa não foi concluído, também não foram apresentadas medidas corretivas ou mesmo datas para que o projeto seja concluído.

Notamos a ausência do poder público, isso porque a lei da acessibilidade, bem como a Constituição Federal, determinam que esses espaços precisam estar adaptados. A legislação prevê que as escolas estejam adequadas para receber os alunos cadeirantes. Então, percebe-se uma ausência do Ministério Público, do município, e da própria gestão da escola em estar comprometida com as questões da acessibilidade.

Diante desses obstáculos há o lado positivo nas aulas observadas, os alunos cadeirantes são bem acolhidos pelos colegas e também pelos profissionais envolvidos. Os professores conseguem trabalhar com estes alunos, mesmo diante das dificuldades.

O aluno S estava impossibilitado de participar das aulas mas o próprio relatou como já foi mencionado que gosta da aula de Educação Física, e tanto a cuidadora como a professora confirmaram esse fato.

A aluna M.E nos surpreendeu, pois a mesma relatou que não gosta de participar das aulas, porém com o nosso incentivo ela participou de todas as aulas observadas. Em contato posterior com a cuidadora da aluna M.E nos foi informado que a mesma continua a participar das aulas, o que nos leva a crer que seja o que fosse que a mantinha desmotivada a participar das aulas foi superado.

Percebemos que os alunos cadeirantes mesmo em passos vagarosos estão sendo incluídos nas aulas de Educação Física, graças a boa iniciativa das professoras que buscam incluir esses alunos cadeirantes em suas aulas, fazendo com que eles não se sintam excluídos.

Entendemos que, com uma maior participação do Poder Público e da gestão da escola esses desafios seriam facilmente superados. O simples fato de ter uma rampa para acesso à quadra já faria muita diferença, outro detalhe é o percurso até a quadra, muito acidentado, para um cadeirante fica bastante complicado como pudemos notar enquanto realizamos nossa pesquisa. Cabe lembrar novamente, que a construção de uma calçada que fizesse o acesso da escola até a quadra seria o suficiente para tornar mais tranquilas as aulas tendo em vista que seriam reduzidos os riscos de acidente seja o aluno(a) cadeirante ou não. Para que isso seja feito entendemos que não são necessários recursos exorbitantes, por isso, reforçamos que há, nesse caso, a necessidade de uma maior aproximação por parte do Poder Público, bem como um interesse maior por parte da gestão escolar.

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Educação Física tem um papel de suma importância no desenvolvimento social, afetivo e motor dos alunos, sobretudo dos alunos cadeirantes, pois é uma disciplina que trabalha a cultura corporal além de fomentar a integração social e afetiva dos alunos.

Os objetivos propostos foram atingidos e por meio deles foi possível investigar como ocorre a inclusão de alunos cadeirantes nas aulas de Educação Física no município de São Mateus. Ao desenvolvermos esta pesquisa surgiram algumas dificuldades na produção de dados devido a Secretaria Municipal de Educação dificultar o acesso de algumas informações referentes a nossa pesquisa e no trabalho de campo a ausência de dois sujeitos da pesquisa. Contudo, as dificuldades encontradas não impossibilitaram a realização da mesma.

Após investigar a inclusão de alunos cadeirantes nas aulas de Educação Física, concluímos que a inclusão está sendo realizada em parte na escola pesquisada, especialmente nas aulas de Educação Física. Compreendemos que esta inclusão é parcial levando-se em consideração que a aluna com deficiência física só participou das aulas desenvolvidas pela insistência e motivação das pesquisadoras, o que demonstra que está faltando por parte da professora incentivo para que a aluna possa participar efetivamente da aula.

A acessibilidade permite que aconteça a inclusão, pois a escola campo de pesquisa não está adequada completamente para o acesso dos alunos com dificuldades de mobilidade.

A lei nº 10.098/2000 (Lei de Acessibilidade) em que o poder legislativo defende a obrigatoriedade da existência de rampas, elevadores, portas, bebedouros e banheiros arquitetonicamente apropriado as pessoas com deficiência, dar como apto várias obras públicas e construções que desconsideram estas normas; a mesma escola que dá acesso aos deficientes não modifica sua estrutura operacional e organizacional frente a esta clientela. A constituição federal que garante o direito de ir e vir do cidadão, garante esses direitos nos termos do Art. 227 § 1º inciso II:

[...] criação de programas de prevenção e atendimento especializado para as pessoas portadoras de deficiência física, sensorial ou mental, bem como

de integração social do adolescente e do jovem portador de deficiência, mediante o treinamento para o trabalho e a convivência, e a facilitação do acesso aos bens e serviços coletivos, com a eliminação de obstáculos arquitetônicos e de todas as formas de discriminação. (BRASIL, 1988)

Se de fato desejamos organizar uma escola em que haja acessibilidade, a escola deve buscar junto a sociedade a melhor forma para se fazer a inclusão predominar, assim extinguindo toda e qualquer barreira.

Como parte desse trabalho foi muito gratificante saber que a aluna M.E que antes não participava das aulas, pois dizia que não gostava, agora participa, mesmo após termos deixado a escola por concluir nossas pesquisas. Isso mostra que conseguimos plantar a semente, e ao que parece está dando bons frutos.

## 8 REFERÊNCIAS

ALVES, M. B., Gomes, L. R., Oliveira, M. S., Laurindo, P. I., & Soares, N. M. (Setembro de 2016). **A importância da prática esportiva para pessoas com deficiência física.** *CIAFIS*.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, **NBR 9050: acessibilidade, edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos.** 2 ed. Rio de Janeiro: ABNT, 2015.

BARDIN, L. (2011). **Análise de conteúdo.** 70.

\_\_\_\_\_, L. (2011). **Análise de conteúdo.** São Paulo: Edições 70.

BARTALOTTI, C. C. (2006). **Inclusão das pessoas com deficiência: utopia ou realidade?** São Paulo: Paulus.

BAUMEL, R. C. R. de C. **Escola inclusiva: questionamentos e direções.** In: BAUMEL, R. C. R. de C.; SEMEGHINI, Ildéa (Org.) Integrar/incluir: desafio para a escola atual. São Paulo: FEUSP, 1998. p. 33-44.

BRASIL. (1988). **Constituição.** Brasil. Fonte: Constituição da República Federativa do Brasil: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm).

\_\_\_\_\_. (20 de Dezembro de 1996). LEI Nº 9.394. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Brasil.

\_\_\_\_\_. (20 de Dezembro de 1999). **Decreto nº 3.298.** Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/d3298.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3298.htm). Acesso em: 10 de julho. 2018.

\_\_\_\_\_. (2007). **SEESP/MEC.** Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/ae\\_df.pdf](http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/ae_df.pdf). Acesso em: 10 de julho. 2018.

\_\_\_\_\_. (17 de novembro de 2011). **Decreto nº 7.611.** Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm). Acesso em: 10 de julho. 2018.

\_\_\_\_\_. (2012). **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência**. Disponível em:

<<http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/publicacoes/convencaopessoascomdeficiencia.pdf>>. Acesso em: 10 de julho. 2018. p. 26.

\_\_\_\_\_. (04 de Abril de 2013). **Lei das diretrizes e bases da educação. Lei nº 12.796**. Brasil.

\_\_\_\_\_. (2015). LEI Nº 13.146, DE 6 DE JULHO DE 2015. **Lei de Acessibilidade**. Brasil.

\_\_\_\_\_. **LDB: Lei de diretrizes e bases da educação**. Brasília: Lei nº 9394/1996- Lei 13.632/2018.

CARVALHO, E. R. **A nova LDB e a educação especial**. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

CHICON, J. F. **Compreendendo a inclusão/exclusão no contexto da educação física escolar**. In: CHICON, José Francisco; RODRIGUES, Graciele Massoli (Org.). Educação física e os desafios da inclusão. Vitória: Edufes, 2010. P. 66-103.

Conferência Mundial sobre Educação Especial. (1994). **Declaração de Salamanca. Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas**. Jomtien, Tailândia.

Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência: Protocolo Facultativo á Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência: decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. --4.ed., ver. E atual. - Brasília: Secretaria de Direitos Humanos, Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2011.

CRUZ, G. de C. **Formação continuada de professores de educação física em ambiente escolar inclusivo**. 2005. 229 f. Tese. (Doutorado em Educação Física) – Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2005.

DUARTE, E., & Werner, T. (1995). **Conhecendo um pouco mais sobre as deficiências**. *Curso de atividade física e desportiva para pessoas portadoras de deficiência*, p. 3.

GIL, A. C. (2002). **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas.

JESUS, D. M. **Formação continuada: constituindo um diálogo entre teoria, prática, pesquisa e educação inclusiva.** In: \_\_\_\_\_ et al. (Org). Pesquisa e educação especial: mapeando produções. Vitória: Edufes, 2005. P. 203-218.

JUNQUEIRA, F.J; BACCIOTTO.S.M. **Educação física adaptada: As dificuldades encontradas pelos professores de educação física de Campo Grande/MT frente a inclusão.** Mato Grosso, p. 1-8, 2004.

LINS, Alana. (Março de 2010). **Educação inclusiva – Breve histórico.** Fonte: <<http://alana-lins.blogspot.com/2010/03/educacao-inclusiva-breve-historico.html>> Acesso em: 10 de julho. 2018.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão Escolar: O que é? Por quê? Como fazer?** Editora Moderna 2003.

MENEZES, E. T. (Janeiro de 2001). **Declaração de Salamanca.** Fonte: Educa Brasil: <<http://www.educabrasil.com.br/declaracao-de-salamanca/>> Acesso em: 20 de junho. 2018.

ROGALSKI, S. M. (2010). **HISTÓRICO DO SURGIMENTO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL.** *Revista de Educação do Ideau*, 13.

SACRISTÁN, J. G. **Poderes instáveis em educação.** Tradução. Beatriz Afonso Neves. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999. Original em espanhol.

SANTANA, Adriana S. Andrade. **Educação Inclusiva no Brasil: Trajetória e Impasses na Legislação.** Disponível em: <[https://portal.fslf.edu.br/wp-content/uploads/2016/12/tcc\\_8.pdf](https://portal.fslf.edu.br/wp-content/uploads/2016/12/tcc_8.pdf)>. Acesso em: 10 de julho. 2018. p. 9.

SASSAKI, R. K. (1997). **Inclusão: construindo uma sociedade para todos.** Vol 174: WVA.

SÃO MATEUS. (2004). Lei N° 327/2004. São Mateus , Espírito Santo, Brasil.

\_\_\_\_\_. (29 de Junho de 2015). **Lei Complementar nº 104/2015.** PME: Plano Municipal de Educação. Disponível em:

<<http://www.camarasaomateus.es.gov.br/estrutura/legislacao-download.php?id=2120>>. Acesso em: 10 de julho. 2018.

\_\_\_\_\_. LEI Nº 1.517/2015, de 30 setembro de 2015. Disponível em:  
<<http://www.saomateus.es.gov.br>>. Acesso em 20 junho.2018

\_\_\_\_\_. **Lei Orgânica**. Disponível em:  
<<http://www.saomateus.es.gov.br/site/leis/0011990.pdf>>. Acesso em: 10 de julho.  
2018.

UNESCO. Coordenadoria Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (CORDE). **Declaração mundial sobre educação para todos**. Plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem. Tailândia 1990, p. 5.

ZUCHETTO, Â. e. (2002). **As contribuições das atividades físicas para a qualidade de vida dos deficientes físicos**. *Kinesis*

## APÊNDICE

## Questionário

### 1. Você trabalha ou trabalhou com aluno (a) cadeirante?

**Professora A** – 2 vezes, a primeira experiência com aluno cadeirante foi na escola Castelinho.

**Professora MR** – Sim, 6 anos em outra escola e 3 anos no Arnóbio.

### 2. Atualmente, com quantos alunos (as) cadeirantes você trabalha?

**Professora A** – 1

**Professora MR** – 2

### 3. Qual foi sua atitude quando soube que teria um (a) aluno(a) cadeirante em sua turma?

**Professora A** – Fiquei muito assutada não, esperava que em qualquer momento poderia ter um aluno com deficiência, sendo cadeirante, auditivo, etc.

**Professora MR** – Em primeira instância fiquei muito apreensiva, preocupada com a elaboração dos planos de aula, mas no decorrer do ano foram surgindo ideias naturalmente e foi maravilhoso o retorno dele; ele amava as aulas, participava efetivamente.

### 4. Como é o comportamento dos alunos com o (a) colega cadeirante durante aulas de Educação Física?

**Professora A** – No início a M.E (aluna), não quis participar. Mas pela turma não teria empecilho nenhum.

**Professora MR** – Muito companheiros.

### 5. O aluno (a) cadeirante gosta de participar de sua aula?

**Professora A** - No caso da M.E não.

**Professora MR** – Muito.

**6. Quais são as barreiras que impede o (a) aluno (a) cadeirante participar das suas aulas?**

**Professora A** – Durante as aulas não tem barreira, no caso ela própria que não gosta. Sendo ela a barreira.

**Professora MR** – Acesso aos locais da aula, principalmente quando não são na quadra.

**7. Como é a atuação da equipe pedagógica junto ao professor ao atender o (a) aluno que usa cadeira de rodas?**

**Professoras A** - Ótimos, todo tipo de suporte que precisa, o aluno cadeirante tem todo suporte necessário.

**Professora MR** - Equipe muito dedicada.

**8. De que forma você utiliza os conteúdos propostos no currículo escolar, com a turma que tem aluno(a) cadeirante?**

**Professora A** – Aplico as atividades destinadas ao aluno cadeirante também aos alunos regulares e vice versa, assim, todos vivenciam como é estar de um lado e de outro nas aulas, todos testam suas dificuldades.

**Professora MR** – Os conteúdos propostos são os mesmos, porém a forma de ministrá-los é adaptada.

**9. Como é o acesso do aluno (a) que usa a cadeira de rodas durante a sua locomoção na escola e nas aulas de Educação Física?**

**Professora A** - Acessibilidade até quadra, tem como o aluno se locomover, porém, próximo a quadra não tem rampa e fica difícil o acesso a quadra.

**Professora MR** – Não é muito fácil.